

Artigo



A MITOLOGIA BANDEIRANTE: CONSTRUÇÃO E SENTIDOS

Ricardo Luiz de Souza*

Resumo:

O artigo tem como objetivo estudar o processo de construção da mitologia bandeirante, bem como os fatores que a motivaram. Pretende, ainda, delinear os sentidos adquiridos por tal mitologia, tomando como o período que vai de 1890 aos anos 30, que é a etapa de construção e consolidação da mitologia bandeirante.

Palavras-chave: Mitologia, tradição, literatura.

Abstract:

The article has as objective to study the process of construction of bandeirante mythology, as well as the factors that had motivated it. It intends, still, to delineate the directions acquired for such mythology, taking as the period that goes of the 1890 to 30 years stage of construction and consolidation of bandeirante.

Keywords: mythology, tradition, literature.

I

Por mitologia bandeirante entendo o conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista. Ao tratar, aqui, do bandeirante e da mitologia a ele referente tomo-o não como personagem histórico, uma vez que não me

* Mestre em Sociologia e doutor em História pela UFMG. Professor da UNIFEMM – Centro Universitário de Sete Lagoas. E-mail: ricl Souza@uol.com.br.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 13	151–171	2007
-----------------	---------------	-------	---------	------

interessa estudar o bandeirismo enquanto fenômeno histórico, mas enquanto personagem central de um imaginário regional. Trabalharei, aqui, tanto com textos do começo quanto do final do século XX, mas é importante acentuar que os discursos presentes nesses textos possuem historicidades próprias, que os demarcam em termos temporais, metodológicos e analíticos.

Isto porque, nos textos escritos sobre o bandeirante nas primeiras décadas do século XX, é construída uma mitologia que toma o personagem a partir de sua positividade, ao passo que os estudos históricos escritos nas últimas décadas do século invertem a perspectiva, tomando a própria mitologia construída pelos textos anteriores como eixo temático e objeto de críticas, embora tal clivagem não possa ser pensada de forma absoluta e isenta de continuidades. De qualquer forma, a década de 1960 pode ser tomada como divisor de águas, assim como o processo de revisão do livro *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado como um dos pontos de partida. Na base desse processo, a mitologia bandeirante é definida como tal – uma mitologia – por Sérgio Buarque de Holanda, que busca dar a ela contornos reais:

A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo. (1986, p. 26)

Vale lembrar ter a expressão bandeirantes difundido-se apenas a partir do século XVIII, quando o ciclo praticamente já havia se encerrado, sendo que Ellis Júnior (1933, p. 63) menciona tal fato e o utiliza, no rescaldo da Revolução Constitucionalista, para exaltar o caráter específico da paulistanidade a partir do caráter especificamente paulista do bandeirante. Segundo o autor, “eles eram apelidados de ‘portugueses’, de ‘vicentinos’ ou de ‘paulistas’. Jamais foram brasileiros”.

E os bandeirantes tiveram defensores precoces. Assim é que Elói Ottoni justifica, em 1798, as investidas sertão adentro:

Portanto eu seria de acordo que se animassem os bandeiristas, excitando-se o projeto de novos descobrimentos por meio de graças, privilégios e indultos concedidos aqueles que inflamados de um zelo patriótico entrarem pela mata geral, não com o espírito de conquista, sim como hóspedes sensíveis e humanos que, encarando somente o objeto da sociedade vão libertar diversas tribos errantes do infame jugo da estupidez e da inércia. (1908, p. 312)

A existência do bandeirismo, por outro lado, é reconhecida pela Coroa já no período colonial, sendo associada à captura de indígenas, tendo em vista a sua escravização. Em 1700, a Coroa concede aos paulistas o direito de comprar 200 escravos no Rio de Janeiro. Os membros do Conselho Ultramarino justificam a relutância com a qual tomaram tal decisão com um argumento curioso: se os paulistas

Tivessem só o serviço dos negros, viriam a ser menos guerreiros e acostumar-se-iam ao ócio, como os mais moradores das outras conquistas, não tendo a ocasião em que empregar o seu valor nos sertões, na guerra dos mesmos índios em que fizeram tão conhecido o seu nome, penetrando os sertões em muita distância, só a troco de os trazer a seu poder (apud GOULART, s.d., p. 127).

A recomendação do Conselho já indica o reconhecimento de uma atividade específica a ser exercida pelos paulistas, o que atribui a eles um status positivo. O século XIX promoveu, porém, uma inversão na hierarquia de status existente em São Paulo, com os símbolos de prestígio ligando-se à riqueza adquirida e não mais a títulos de nobreza provenientes de um passado relacionado aos bandeirantes (ABUD, 1985, p. 112). Mas se as décadas seguintes à Independência significaram uma ruptura com o passado colonial e um abandono do status a ele relacionado, a mitologia bandeirante seria construída a partir do

final do século. Nesse momento, São Paulo já era o centro econômico da nação, mas ainda ocupava posição política secundária e acumulava ressentimentos. Nesse contexto, os cafeicultores paulistas acentuavam seu passado, mesmo que imaginário (OLIVEIRA, 1998, p. 209).

De fato, os fazendeiros de café do século XIX foram interpretados, décadas depois, como os novos bandeirantes. Assim é que, em uma homenagem ao Conde de Pinhal patrocinada pela Sociedade Rural Brasileira, em 1931, o palestrante afirma: “Pena é que não possam homens como esse voltar à vida para dirigir um movimento patriótico em que se restabelecesse o espírito bandeirante do ousado paulista” (apud TRUZZI, 1986, p. 124). Mesmo Getúlio Vargas (1944, p. 213) estabelece continuidade entre os bandeirantes e os agricultores paulistas contemporâneos: “No ambiente rude que atuaram os pioneiros das entradas, souberam realizar, com o bacamarte e a espada, uma obra gigantesca, tal como fazem nos modernos tempos, com o arado e a enxada, os paulistas da têmpera dos bandeirantes”. A ação do bandeirante foi colocada, ainda, na origem do desenvolvimento econômico estadual. Não há, nessa perspectiva, solução de continuidade entre a ação bandeirante e a expansão econômica contemporânea comandada pelos paulistas. Para Júlio de Mesquita Filho, tal ação permanece atuante e

Os pródromos dessa gigantesca tentativa, que poderíamos chamar de ratificação histórica da ação do bandeirante, já são perfeitamente discerníveis no conjunto de aspirações com que se preocupa atualmente São Paulo. A política de expansão ferroviária, seguindo, nas suas linhas gerais, os roteiros de penetração do passado, mostra-nos de sobejo a ação calculada do paulista. (1922, p. 375)

A mitologia bandeirante iria estruturar-se apenas a partir do final do século, com o bandeirante surgindo nos anos vinte, nas palavras de Sevcenko, “como o lídimo representante das mais puras raízes sociais brasileiras, conquistador de todo o vasto sertão interior do país, pai fundador da raça e da civilização brasileira”

(1992, p. 138). Onde, enfim, tal mitologia surgiu? Segundo Abud, “a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o novo processo de integração territorial que dera sentido à vida nacional” (1985, p. 139).

Na análise da autora surgem dois fatores determinantes na construção da mitologia bandeirante: a associação entre esse e o paulista, o que o transforma no símbolo da paulistanidade e a ênfase de que o bandeirante seria o construtor da nacionalidade a partir da expansão territorial por ele promovida. A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico, cuja herança atávica deve a qualquer custo sobreviver aos riscos da contemporaneidade.

O primeiro fator é sublinhado por Gilberto Freire (1959, p. 41), que acentua a permanência do espírito bandeirante entre os paulistas, nomeando Oswald de Andrade, Washington Luis e Plínio Salgado, entre vários outros, como os novos bandeirantes; uma salada, diga-se de passagem, um tanto indigesta, mas na qual tal associação já surge com clareza. Ela foi ressaltada de diversas formas em diversas ocasiões. Foi, por exemplo, expressa visualmente no Museu Paulista, como Funari deixa claro ao descrever sua decoração interna:

Os bandeirantes são representados, no hall de entrada, por grandes estátuas; as diversas regiões do país são representadas como criações da ousadia paulista: a Independência foi, providencialmente, proclamada em São Paulo e Pedro I, em carta exposta com destaque, agradece o apoio decisivo dos paulistanos à Independência. (1995, p. 46)

Mas o bandeirante permaneceu, essencialmente, um herói paulista, apesar de suas proezas terem desenhado o mapa nacional, ficando, neste contexto, a pergunta formulada por Galvão (1981, p. 175): porque o bandeirante não se transformou em herói nacional? De fato, a literatura brasileira tomou como personagem o índio, e não o bandeirante, e indianistas e modernistas partiram

daquele para a idealização da identidade nacional, com as qualidades do indígena sendo tomadas como base dessa identidade, o que é explicitado, por exemplo, em discurso feito por Rondon em 1940, na condição de presidente do Conselho Nacional de Proteção Aos Índios, quando ele afirma: “Eles nos deram a base de nosso caráter nacional: resistência, bravura, generosidade e modéstia foram trazidos pelos índios para a formação de nosso povo, o que nós consideramos precioso tanto no passado como no presente” (apud Garfield, 1997, p. 751).

Relativamente pouco influente, pois, na construção da identidade nacional, o bandeirante, ou antes, sua mitologia, foi figura fundamental na construção da identidade paulista, com a valorização deste e a exaltação da unidade nacional caminhando juntas. Postulou-se, de qualquer forma, uma identidade entre bandeirismo e identidade nacional que é constatada, entre outros, por Oliveira Vianna (1942, p. 15), para quem existe uma “ressonância simpática, afinidade eletiva, voz obscura e subconsciente da raça” a ligar o brasileiro ao bandeirante. Mas tal postulado funcionou majoritariamente a nível regional

Em relação ao enaltecimento do bandeirante como construtor da nacionalidade, coube a Euclides da Cunha delinear o que seria sua imagem clássica, mesmo que utilizando o conceito de forma mais ampla:

O paulista – e a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e regiões do Sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopéia inédita das bandeiras. (1984, p. 60)

Trata-se, é claro, de uma perspectiva romântica mas, fazendo o contraponto entre a mitologia bandeirante e outras tradições históricas delineadas nos Estados Unidos e na Rússia Imperial, Linhares acentua: “Quanto ao

romantismo da interpretação bandeirante, há o exagero que reveste, de maneira geral, a história que trata do avanço da fronteira de povoamento”. (1996, p. 110).

O processo de formação nacional é igualmente mitificado a partir da ação dos bandeirantes e a colonização do Mato Grosso, por exemplo, seria explicada a partir da mitologia bandeirante: seus responsáveis seriam seus herdeiros. Segundo Volpato, “dessa forma é que se recupera o mito da ‘raça de gigantes’ desdobrada para explicar o desempenho dos primeiros colonos no processo de ocupação da região”. (1987, p. 16) Temos, então, a descrição mítica de uma raça de pioneiros a adentrarem o espaço vazio, e vazio porque seus ocupantes anteriores são obliterados pelo mito.

Tal processo tem como base a penetração do bandeirante sertão adentro, descrita, às vezes, em termos de uma posse que implica na relação entre macho e fêmea. Em 1936, por exemplo, uma manifestação da Academia Brasileira de Letras publicada no Diário do Rio Claro parte da metáfora sexual para explicar o papel de São Paulo na policultura: “O paulista foi o deus, o elemento masculino que penetrou a virgindade da terra: foi o verbo criador, fazendo a luz na treva florestal, abrindo os penhascos, rumando as águas domesticado (sic) os criando enfim o novo homem, a sua semelhança, para suceder-lhes nos séculos” (apud BILAC & TERCI, 2001, p. 25).

O bandeirante é o macho fecundador, e é um herói caracterizado pelo movimento incessante, pela ação. Não deixa textos, deixa pegadas, e sua mitologia é o elogio do movimento. Cassiano Ricardo (1989, p. 129) sintetiza-a ao escrever sobre Raposo Tavares:

Saiam todos da frente
Que eu quero passar!
Não perguntem quem sou,
Que não posso parar.

A mitologia bandeirante buscou também representantes no século XX, e Rondon é um deles: avatar do bandeirante posto em nova missão de

desbravamento. Como acentua De Luca, “o trabalho de Rondon acabou sendo engolfado pelo apetite voraz de São Paulo, que o incorporou à extensa folha de serviços que o Estado orgulhava-se de haver prestado à nação”. (1999, p. 123) Tanto foi assim que, escrevendo sobre Rondônia, ou seja, sobre as novas terras que iam sendo desbravadas, Roquette Pinto faz o elogio, ainda que um tanto ambíguo, do bandeirante: “Um punhado de homens, perdidos na terra hostil; ambição, firmeza, coragem, fé, no coração de qual douradas por muito heroísmo; e, às vezes, manchado de sangue. E disso tudo, saiu brilho bastante para deixar à sombra os crimes contra a espécie que naquelas empresas se passaram”. (1935, p. 24)

E Freyre (1944, p. 26), finalmente, reconhece o heroísmo dos bandeirantes e afirma compactuar com sua exaltação, mas afirma – em conformidade com sua perspectiva metodológica – a necessidade de reconhecer a participação na construção da nacionalidade de personagens, segundo ele, menos dramáticos, mas igualmente úteis. E ressaltaria, décadas depois, o caráter complementar da Bandeira e da Casa-Grande nesse processo de construção (1988, p. 86), retomando, aliás, como é comum em sua obra, tese já desenvolvida nos anos 30, quando ele afirma ter o trabalho desbravador do bandeirante sido complementado pelo trabalho de fixação levado adiante pelo engenho (1937, p. 30).

II

A construção de uma mitologia implica na invenção de tradições, e a mitologia bandeirante foi utilizada neste sentido pelas elites paulistas; para enobrecer suas origens. Segundo Ferreira, “na ausência de um passado amontoado em séculos que, em fantasia, os europeus buscavam reinstalar, eles, filhos de uma terra nova, emergentes de apenas cem anos, tinham de construir, literalmente, o seu. É lícito que isso seja, também, história”. (2002, p. 130)

Pensar a mitologia bandeirante nestes termos leva a refletirmos sobre a literatura que em torno dela, a partir dela, sobre ela foi escrita. Os autores que

pesquisaram o passado colonial de São Paulo e fizeram a exaltação do bandeirante a partir da análise do papel histórico por ele desempenhado não se dedicaram específica e conscientemente à construção de uma mitologia. Pelo contrário, historiadores como Affonso de E. Taunay e Alfredo Ellis Júnior viram-se como tais, e não como ideólogos, embora seja a mitologia bandeirante presente em suas obras. Tal mitologia impulsionou toda uma pesquisa histórica a partir dos anos 20, dentro da qual o passado colonial de São Paulo foi estudado, documentos foram colhidos e descobertas foram feitas.

A apologia do bandeirante foi feita, com frequência, a partir do contraste com características negativas atribuídas ao brasileiro; procedimento utilizado, entre outros, por Vianna Moog. Segundo ele, o colonizador brasileiro viu a vida como um direito, e não como um dever. Sua lei era “a lei do mais forte e do mais afortunado” (1969, p. 75). Faltou a ele, em síntese, “virtudes econômicas, espírito público e vontade de autodeterminação política” (1969, p. 107). E do Brasil, o que o europeu e seu descendente queriam era apenas “uma terra por explorar e um refúgio para as horas de aperto” (1969, p. 119).

A partir disso, torna-se possível compreender a atividade do bandeirante, que derivou sua vontade de conquista da atitude dos que primeiro chegaram ao Brasil. Estes “eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros” (MOOG, 1969, p. 104). Surgiu então, no Brasil, o ideal do conquistador e o símbolo do bandeirante triunfou sobre os demais (MOOG, 1969, p. 189). Triunfou e permaneceu dominante no imaginário nacional mesmo após o fim das bandeiras: “O ideal de conquista e de riqueza rápida, como ser subterrâneo e invisível, não estará menos presente na vida nacional” (MOOG, 1969, p. 195).

Mas uma característica o diferencia dos demais brasileiros: “O bandeirante era natural e oportunamente bravo, ao passo que o mazombo, violentando-se a si mesmo para parecer valente, vivia interiormente em estado de pânico, com medo da morte, medo do mistério, medo da doença. Medo das decisões, medo das mudanças, medo do futuro” (MOOG, 1969, p. 129).

E é partir dessa suposta diferença que a mitologia bandeirante foi construída, inclusive por Moog.

Outro ponto frequentemente ressaltado por autores que engajaram-se na construção dessa mitologia foi o pretenso caráter democrático da sociedade paulista colonial e do próprio bandeirismo. Trata-se de tópico defendido com ênfase por Cassiano Ricardo, sendo o ponto de partida adotado pelo autor para a análise do sentido e da importância histórica do bandeirismo. Segundo ele

A origem da democracia no Brasil está na “bandeira” e daí o motivo por que me detenho mais nesse fenômeno. A idéia de governo forte para realizá-la, também. Este não é, entre nós, uma invenção de última hora mas um fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido. Excusado pedir de empréstimo aos países totalitários a enquadramento de um regime que estava, sem tirar nem pôr, na origem do nosso destino. Antes de haver “fascismo” europeu ou qualquer outro “ismo” já a bandeira havia revelado, por instinto, as linhas estruturais que hoje condicionam o Estado moderno: comando seguro e fraterna solidariedade dos indivíduos obedientes à firme unidade de comando (RICARDO, 1940, p. xvi).

Em Ricardo, o elogio da democracia bandeirante converge para o antiliberalismo. Temos, assim, a descrição de uma liberdade nativa, ao mesmo tempo estranha e superior aos padrões externos de liberdade; leia-se, padrões liberais.

Esse caráter hierárquico e disciplinador das bandeiras é ressaltado, também, por Armando Sales de Oliveira em mensagem enviada à assembléia Legislativa referente ao Monumento dos Bandeirantes construído por Brecheret, assim descrito por ele:

Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo; é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho; é a hierarquia inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social porque

permite ao que está no posto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta (apud RICARDO, 1970, p. 98).

Outros autores preferiram ressaltar o que seria o caráter aristocrático da sociedade colonial paulista. É o caso de Oliveira Vianna, que contesta o caráter democrático da sociedade bandeirante, acentuando ter sido ela calcada a partir de preceitos de nobreza e fidalguia. E se alguma vez ela chegou a estruturar-se de forma democrática, foi de forma provisória, não chegando a criar um “complexo cultural democrático”: criou, pelo contrário, uma aristocracia guerreira onde “era a bravura militar que dignificava então o indivíduo- e assegurava-lhe títulos à nobreza e à aristocracia” (VIANNA, 1999, p. 123-7). Temos, aqui, o elogio da aristocracia em oposição à construção de uma democracia colonial. E temos, também, o elogio de seu modo de vida: “Dir-se-ia um recanto de corte europeia transplantada para o meio da selvageria americana. Tamanhas as galas e louçanias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom tom e da elegância” (VIANNA, 1973, p. 29); elogio, aliás, que Alcântara Machado desmentiria.

Delineou-se com toda a clareza, enfim, uma preocupação ao mesmo tempo historiográfica e ideológica, presente principalmente na obra de historiadores paulistas da primeira metade do século XX, em estudar a formação da população paulista a partir da biografia de seus antepassados ilustres, encarnados na figura do bandeirante. Cria-se, assim, uma genealogia na qual o paulista contemporâneo surge como o descendente. E tal preocupação torna-se, de fato, explícita em diversos momentos das obras destes autores, como neste pequeno trecho da biografia de Fernão Dias escrita por Taunay: “De Martins Lems, ou Leme, além dos numerosíssimos Lemes portugueses e brasileiros, procede grande fidalguia portuguesa, muitos senhores de honras e coutos, morgados, comendadores e titulares de casas notáveis como os Condes de Sabugal, Marqueses de Cantanhede e Condes de Madrialva”. (1955, p. 27)

Temos, efetivamente, na vida e obra de Taunay, um sentido de “glorificação dos ancestrais” exposto com precisão por Oliveira Júnior (1995, p. 397), sentido este aliado ao “objetivo de dar estatuto científico a uma tradição inventada: noutras palavras, com a edificação da memória bandeirante”. É Taunay (1921, p. 223) quem define os paulistas como “espécimes superiores no tocante à energia e ao ânimo empreendedor”; conclusão da qual ele jamais se afastaria.

Oliveira Vianna, por sua vez, explica as “proezas assombrosas” dos bandeirantes pela influência das invasões germânicas sobre a formação racial portuguesa, invasões estas que trouxeram “numerosos e abundantes contingentes do tipo dólico-louro, homens de alta estatura e de temperamento essencialmente migrador e aventureiro”. (1938, p. 131) Já Licínio Cardoso, por exemplo, acentua a importância da mestiçagem na formação e na especificidade do ethos bandeirante: “apenas em S. Paulo aquela alma de bandeirante logo se aclimatou, se abrazeou, tornou-se em suma fecunda, ampla e vivaz, cruzada que fora com o própria sangue da terra”. (1933, p. 96) Temos, assim, de um lado, o elogio da pureza racial e, de outro, a ênfase na miscigenação.

A questão racial liga-se, por sua vez, ao estudo da genealogia e se converte em elemento básico da mitologia bandeirante. Tomemos como exemplo este trecho de Amadeu Amaral: “O sangue ibérico mais extreme floria aqui em numerosas famílias de sertanistas, com as suas qualidades de cavalheirismo altivo, de lealdade política, de elo religioso, de apego fanático às tradições e à honra da raça”. (1976, p. 135) Dessa forma, a preocupação em decifrar árvores genealógicas deriva da preocupação em dar ao paulista um “estatuto racial superior”; leia-se, livre, na medida do possível, da miscigenação com o negro, admitindo-a, por outro lado, no tocante ao índio. Tanto é assim, que Oliveira Lima define o que chama de “verdadeiros paulistas” como “descendentes de brancos- portugueses ou espanhóis que aí tinham afluído do Rio da Prata e do Paraguai em várias ocasiões com certa proporção de cruzamentos indígenas”. (1945, p. 152) Define o bandeirante, ainda, como um salvador e, fazendo isso, transforma a escravidão em redenção:

Só os missionários é que resgatavam almas, e educavam na fé que professavam seres sem nenhuma cultura. Os bandeirantes resgatavam corpos, salvavam aqueles que pretendiam ser prisioneiros de tribos inimigas e estar destinados aos festins canibalescos. A sociologia nos ensina, com efeito, que a servidão é um progresso sobre o sacrifício humano (LIMA, 2000, p. 87-8).

Também Rui Barbosa, ao fazer o elogio da paulistanidade, retoma os temas usuais: a influência indígena e o esforço bandeirante, um reforçando e explicando o outro: “A mistura com o sangue indígena, a luta com o deserto, a fascinação das aventuras haviam começado a caldear o caráter paulista na têmpera de uma raça nova, a cujas audácias bravias deve o Brasil metade, talvez, dessa corporatura gigantesca, em que se compraz o nosso desvanecimento”. (s.d., p. 6)

Rui entrelaça, aqui, duas temáticas: a exaltação do bandeirante e a apologia da ocupação do sertão, na qual o bandeirante teria ocupado papel central, sendo tal apologia um elemento de fundamental importância no início do século XX – período no qual o texto de Rui foi escrito – e apologia que se manteria presente durante o Estado Novo (época da Marcha Para o Oeste, tão celebrada pelos ideólogos do regime); nos discursos que celebraram a construção de Brasília e na ideologia desenvolvimentista do regime militar. Não se trata, portanto, de desconsiderar a existência de todo um debate em torno da ocupação do sertão brasileiro, debate este que vai, em sua tarefa de construção de identidade, bem além da mitologia bandeirante, mas de restringir o foco aqui adotado à tal mitologia, pensando-a como um projeto de caracterização do Brasil típico das décadas iniciais do século XX, e um projeto que encontrou seus críticos no momento mesmo em que ia sendo construído.

A idealização do bandeirante implica na idealização de sua relação com o indígena, que é descrita nos termos os mais incruentos possíveis. Cortesão, por exemplo, chega a firmar que “São Paulo tornara-se, de fato, uma espécie de democracia luso-tupi”. (s.d., p. 135) Quando os massacres promovidos pelos

bandeirantes são lembrados, estes são logo associados ao que se define como suas conseqüências, ou seja, a conquista de territórios. Segundo Rangel, “a captura de aborígenes é a chaga dos empreendimentos sertanistas”. (1934, p. 19-20) Mas, associada às suas conseqüências, ela se desdobra na apologia dos que efetuam essa captura: “A semente da mais bela e fértil das heranças de nosso sangue nasceram dos rastos dos homens que se internaram”. E, finalmente, já nas comemorações do quarto centenário de São Paulo, presenciamos a reafirmação da mitologia bandeirante, sendo ressaltada sua atitude heróica, desbravadora e povoadora, e silenciada toda atividade relacionada à captura e escravidão de índios (GUIMARÃES, 1994, p. 135).

Myriam Ellis atribui o surgimento do bandeirismo a fatores geográficos: o isolamento da vila de São Paulo de Piratininga e sua posição geográfica, além do clima imperante, renovador de energias e eliminador de endemias. Conclui, então, a autora: “O clima facilitou, portanto, o estabelecimento do europeu na região e o desenvolvimento demográfico; facilitou a constituição física do paulista, explicando, em grande parte, a sua vitalidade e eficiência de homem afeito às incursões do sertão”. (1963, p. 274) Trata-se, portanto, da vitalidade do europeu, ou seja, do homem branco, o que demonstra mais uma vez, a imbricação entre questão racial e mitologia bandeirante, ainda presente no que pode ser definida como última etapa de construção dessa mitologia.

Não podemos, como se vê, separar a construção da mitologia bandeirante do debate sobre a questão racial levado a cabo no período, já que a concepção de uma “pureza racial” paulista fundamenta essa construção. A ação bandeirante derivaria, nesse contexto, não apenas de fatores sócio-econômicos mas também, e principalmente, de fatores étnicos presentes ainda no século XX, o que Ellis Júnior (1933, p. 26) não deixa de lembrar ao acentuar o fato de, segundo ele, São Paulo contar com 85% de brancos em sua população contra, por exemplo, apenas 24% no Piauí.

A partir desse argumento, coube a São Paulo, a partir do momento em que se transformou em pólo de atração de imigrantes europeus, atuar como

elemento de “melhoria racial” do brasileiro, submergindo e anulando as características étnicas “negativas”, preponderantes no resto do país. Nesse contexto, o baiano, assim como a figura do imigrante nordestino em geral, passaram, a partir do início do século XX, a representar uma ameaça à eugenia paulista. Criou-se, em substituição ao negro corruptor, outro estereótipo cujas características negativas derivavam não mais da raça e sim de questões de higiene: alegava-se que os baianos “eram quase todos maleitosos, padeciam de afecções parasitárias de todas as espécies, ignorando as mais elementares noções de higiene” (apud MOMBEIG, 1984, p. 151).

Os novos ricos transformam-se, assim, em quatrocentões, em um processo de reinvenção do passado para justificar o futuro, mas um processo cuja validade é questionada pelo próprio Ellis Júnior, um dos principais estudiosos e apologistas do bandeirismo. Ocorreu na São Paulo colonial, segundo ele, um fenômeno comum às sociedades guerreiras, nas quais o elemento eugênico da população – para reproduzir o termo utilizado pelo autor – desaparece em meio aos conflitos deixando poucos descendentes, “resultando disso uma diminuição sensível no potencial eugênico de cada povo atingido pelos rigores da seleção militar” (1936, p. 146).

Mas se a atividade do bandeirante gerou uma mitologia, é preciso não pensá-la apenas em termos de positividade, uma vez que ela contou, também, com críticos. Esses últimos realçaram os massacres promovidos contra os índios, tomando-os como base para formularem suas análises e suas denúncias. Aires de Casal, por exemplo, foi, no início do século XIX, um dos pioneiros na crítica aos bandeirantes, afirmando: “Os paulistas de hoje passam por uma boa gente; mas seus avoengos não o foram certamente”. (1976, p. 105-6) E toma como justificativa para sua afirmativa a relação entre paulistas e indígenas, baseada, segundo ele, na pura e simples escravização desses.

Já D’Alincourt (1953, p. 102) atribui às bandeiras o desejo de capturar e escravizar indígenas, afirmando haver, em São Paulo, casas que possuíam até 600 escravos capturados nessas expedições, embora não se furte, também, a

fazer o ambíguo elogio dos “paulistas audazes”. Também Xavier da Veiga cita, nas Efemérides Mineiras, um escritor que, escrevendo no século XIX sob o pseudônimo de Brasiliófilo a respeito de um criminoso paulista, já deixa transparecer tal ambigüidade no seu texto, onde se lê: “Foi um dos últimos espécimes da antiga raça paulista. Encarnação poderosa e perfeita da tenacidade mais inexcedível, coragem que tocava as raias da loucura, perseverança extremada, inabalável, até que se consumasse a empresa iniciada. Estas excelentes disposições foram empregadas em péssimos fins”. (1998, p. 169)

Os discursos a partir dos quais foi elaborada a mitologia bandeirante não foram, portanto, apenas aqueles que a descreveram em sua positividade, com tal construção passando por embates entre os discursos que a defendiam ou a criticavam e sendo constituída por eles. E os críticos da mitologia bandeirante partiram, aliás, de uma concepção negativa do próprio paulista, visto no Rio de Janeiro, no final do século XIX, como caboclo ou sertanejo, com os bandeirantes entrando na história do Brasil como homens rudes e violentos, sendo, inclusive, o fato de situarem-se à margem dos círculos letrados cariocas, entre outros fatores, que levaram os paulistas a buscarem a afirmação de uma identidade regional (FERREIRA, 2002, p. 34-48). Foi principalmente a partir de Capistrano de Abreu que teve início a revisão da imagem do bandeirante, bem como do papel por ele desempenhado, associado pelo autor à violência e à escravidão indígena, enquanto Nestor Duarte critica as conseqüências do bandeirismo de outra perspectiva: ele teria contribuído para acentuar o que o autor define como a enfeudalização da sociedade brasileira, ao estabelecer exércitos não oficiais e ao contrapor a iniciativa privada à ordem pública. O bandeirante contrapôs o individualismo à ordem social e, fazendo isso, acentuou o orgulho individualista como fator de violência (DUARTE, 1939, p. 59-63). Mas é no sentido utilizado por Capistrano que Handelman, entre outros, nega qualquer pretexto mais nobre às expedições bandeirantes, afirmando não serem estas derivadas de uma guerra nacional de limites, nem motivadas por conflitos entre Portugal e Espanha, concluindo:

Portanto, não temos aqui senão uma guerra de caçadores de índios contra os protetores de índios, destituída de todo o pretexto, toda desculpa e que em absoluto constitui uma das manchas mais negras da história do Brasil. Porém, a sua importância, as suas consequências históricas foram incalculáveis. (1931, p. 548)

São, porém, exatamente as consequências históricas mencionadas por Handelman que Taunay (1925, p. 70) utiliza para justificar a ação dos bandeirantes contra os jesuítas. Atacando Guaíra e Tapes, matando e escravizando os indígenas, segundo o autor, Raposo Tavares “conquista para o Brasil território imenso”. Raciocínio frequentemente delineado: os massacres e escravizações de indígenas não são negados, mas são vistos como mal menor perante as consequências territoriais da atividade dos bandeirantes.

E é a mitologia bandeirante, novamente, que irá embasar ideologicamente a reação paulista contra Vargas, com os paulistas definindo-se como herdeiros do bandeirante a lutarem por suas tradições. Desta forma, ao romper com o interventor imposto por Vargas, o Partido Democrático afirma sua fé na ressurreição paulista, a partir da retomada do espírito bandeirante (CARONE, 1973, p. 27). No mesmo diapasão, em 1936, durante a comemoração do aniversário da cidade, o então prefeito de São Paulo, Fábio Prado, ressalta a vocação de liderança paulista em relação ao país, justificando-a pelo passado bandeirante, em uma imagem, como lembra Sandroni (1988, p. 117-8), repleta de conotações sexuais, na qual a bandeira penetra e fecunda o país, manchando-o de vermelho e plasmando uma nova raça: uma metáfora, como se vê, comumente associada à mitologia bandeirante. E em 1943, nove anos portanto após a Revolução Constitucionalista, tal analogia ainda seria retomada em discurso do General Manoel Rabelo: “Aqui, neste planalto lendário, a Liberdade sempre se abrigou; nunca os tiranos puderam conspurcá-la porque ela se impregnou na própria alma paulista, lúdima herdeira do espírito bandeirante, que jamais suportou qualquer forma de opressão” (apud CARONE, 1976, p. 65). Assim, o que Leite (1976, p. 233) chama de nacionalismo paulista acentua-se,

segundo ele, após a derrota de 1932, celebrando símbolos e feitos paulistas, buscando ressaltar a continuidade da luta em relação aos bandeirantes.

No período aqui considerado, portanto, para a delineação da mitologia bandeirante – período que vai da Proclamação da República à Revolução Constitucionalista – temos análise histórica, construção de mitologias e invenção de tradições imbricando-se no mesmo processo e desaguando, por fim, em um movimento político que terminou por tomar todo o processo aqui estudado como fundamento ideológico.

Bibliografia

ABREU, Regina de. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História da USP, 1985.

AMARAL, Amadeu. *Política humana*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

BARBOSA, Ruy. *Contra o militarismo: campanha eleitoral de 1909 a 1910*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, s.d.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini & TERCI, Eliana Tadeu. *Piracicaba: de centro policultor a centro*

canavieiro (1930-1945). Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.

CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1973.

_____. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, s.d.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Brasília: Francisco Alves, 1984.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional (contribuição à sociologia política brasileira)*. São Paulo: Nacional, 1939.

ELLIS, JÚNIOR, Alfredo. *Confederação ou separação*. São Paulo: Piratininga, 1933.

_____. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Nacional, 1936.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I. Vol. I.. São Paulo, DIFEL, 1963.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. FREYRE, Gilberto.

Nordeste, Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: C.E.B., 1944.

_____. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. *Ferro e civilização no Brasil*. Rio de Janeiro/Recife: Record/Fundação Gilberto Freyre, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cultura brasileira e a construção da mitologia bandeirante. In: *Idéias*, Ano 2, Num. 1. Campinas, UNICAMP, 1995.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GARFIELD, Seth. "The roots of a plant that today is a Brazil": indians and the nation-state under the brazilian Estado Novo. In: *Journal of Latin American Studies*, v. 29, Part.3. Cambridge, University Press, 1997.

GOULART, Maurício de. *Escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Martins, s/d.

GUIMARÃES, Dulce Maria Pamplona. “Festa de fundação: memória da colonização nas comemorações do IV Centenário de São Paulo”. In: *História*, v. 13. São Paulo, UNESP, 1994.

HANDELMAM, Henrique. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1931

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Nacional, 1976.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “A pecuária e a produção de alimentos na colônia”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

_____. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Top Books/Publifolha, 2000.

MESQUITA FILHO, Júlio de. A comunhão paulista. In: *Revista do*

Brasil. v. XXI. n. 84. São Paulo, 1922.

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MOOG, Viana. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante de. Affonso de E. Taunay e a construção da memória bandeirante. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 387. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, v. V, Suplemento. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998.

OTTONI, Elói. “Memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais”. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XXX. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1908.

PINTO, Roquette. *Rondônia*. São Paulo: Nacional, 1935.

RANGEL Alberto. *Rumos e perspectivas*. São Paulo: Nacional, 1934.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

_____. *Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaima*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras- 1992.

TAUNAY, Affonso de E. *São Paulo no século XVI. História da vila piratininga*. Tours, E. Adrault & Cia., 1921.

_____. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typographia Ideal H.L.Canton, 1925.

_____. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos, 1850-1950*. São Carlos: UFSCar, 1986.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras, 1684-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Nacional, 1942.

_____. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional-1938.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste no Brasil, 1719-1819*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1987.